

Folha de S. Paulo

28/05/1985

Fetaesp assina acordo mas faz advertência

Da Reportagem Local

Para ficarem pelo menos um ano sem greves na região canavieira do Estado, os fazendeiros e usineiros terão realmente que cumprir o acordo com os bóias-frias, assinado ontem em São Paulo na presença do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. A advertência foi feita pelo diretor-tesoureiro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Vitor Jorge Faia, 44, após considerar que o acordo está bastante aquém das pretensões da categoria e a greve só foi suspensa — segundo ele — devido à repressão policial. "O trabalhador vai parar de novo, na própria roça caso se sinta enganado pelos patrões", alertou.

Com 23 itens, o acordo tem vigência de um ano, a partir de 1º de maio e, conforme informou o ministro do Trabalho, garante os interesses de cerca de trezentos mil trabalhadores. A Fetaesp esclarece que, na verdade, esse número se refere apenas à região Norte do Estado, onde ocorreram as greves, pois a quantidade de bóias-frias que atuam no setor canavieiro chega a quinhentos mil em todo o Estado.

Conforme a Folha antecipou ontem, são fixadas diárias mínimas de Cr\$ 18.000 para os bóias-frias que atuam em companhias agrícolas vinculadas diretamente às usinas e destiladas, e de Cr\$ 16.825 para os que trabalham nas fazendas (a Fetaesp reivindicava diária única de Cr\$ 50.000). Essas diárias serão pagas nos dias em que, comparecendo aos locais de trabalho, os trabalhadores não puderem atuar por motivos alheios à sua vontade, como chuvas, falta de cana queimada etc. O acordo também assegura o reajuste trimestral, sob forma de antecipação, na base de 50% do INPC dos meses de maio, junho e julho, a ser paga a partir de 1º de agosto.

No ponto mais polêmico das reivindicações — o critério de pagamento do trabalho dos bóias-frias —, foram fixados os preços para o corte da tonelada de cana em Cr\$ 5.200 (cana de dezoito meses) e Cr\$ 4.960 (cana de outros cortes). No entanto, os rendimentos finais serão calculados pelo sistema por metro linear, conforme regras de conversão estabelecidas na cláusula 4 (ver íntegra de acordo), vistas com reservas pelos representantes dos trabalhadores rurais. "Esse meio-termo é muito bonito no papel. Vamos ver se funciona na prática", afirmou Vitor Jorge Faia.

Otimismo

Todavia, tanto da parte do ministro Almir Pazzianotto, que mediou os entendimentos, como dos representantes das entidades patronais Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo — acordo foi saudado com otimismo.

"É passo a passo que a 'Nova República' se consolida", afirmou Pazzianotto, acrescentando que o acordo solucionava problemas históricos dos trabalhadores rurais, "que infelizmente foram esquecidos pela lei". Por sua vez, o presidente da Faesp, Fábio Meirelles, declarou que "todos saem ganhando com o acordo: os trabalhadores, os empregadores e o País".

No entender de Meirelles, a estabilidade nas relações trabalhistas no campo está garantida, opinião também compartilhada pelo advogado dos sindicatos dos produtores de açúcar e do álcool, Márcio Maturano, 47. Ambos asseguraram que da parte patronal o acordo será

cumprido. E Pazzianotto reiterou que uma comissão do seu ministério fiscalizará esse cumprimento.

(Primeiro Caderno — Página 11)